

## Capítulo 42

### INSTITUIÇÕES DE BENEFICÊNCIA

#### SANTA CASA DE MISERICÓRDIA

**I**NÚMERAS tentativas foram feitas para fundação da Santa Casa de Misericórdia de Caconde. Em 1900 os srs. dr. Cândido Lobo, cel. Gustavo Ribeiro, dr. Leocádio Leopoldino da Fonseca e Silva, comendador José Umbelino Fernandes e padre Manoel Bento Gonçalves constituíram-se em comissão com tal objetivo. Os resultados, porém, não foram práticos.

Na sessão de 1 de janeiro de 1901 a Câmara Municipal comemorou o ingresso no século vinte. O dr. Cândido Lobo apresentou, na sessão desse dia, projeto de criação e uma casa de providência, para servir de asilo aos pobres e desvalidos até que mais tarde fosse convertida em Casa de Misericórdia. A proposição foi unanimemente aprovada, realizando-se, em benefício da instituição, um leilão de prendas que rendeu 919\$000 e ao qual estiveram presentes, além do dr. Lobo, autor da proposição, as seguintes pessoas: José Umbelino Fernandes, presidente; Gustavo Ribeiro de Ávila Junior, Aureliano Vitor dos Santos, dr. Leocádio Leopoldino da Fonseca e Silva, João Teixeira das Neves, Osório de Almeida, Vicente Cândido Júnior, José Maria de Lacerda, Joaquim José de Oliveira Martins, Arlindo Modesto de Castro, José Antônio Martins de Oliveira, Antônio Augusto de Figueiredo, Samuel José de Souza, João Praxedes de Araújo, José Francisco Borges, Miguel Perez, Jaime Augusto Pinto, Antônio de Matos Camões, Pedro Cirino de Almeida, José Vicente de Araújo, Manuel Cândido de Sá, Afonso Cândido de Araújo, Joaquim Arão de Araújo, Teófilo Augusto da Cruz, Joaquim Alves Moreira, Antônio Carlos Lobo, Manoel Domingues Maciel, José Carlos de Souza Primo, Manoel Inácio França, João Teotônio Nogueira, Mozart Cândido, José Cirino de Almeida, Vicente Mário Laroca, José Dimase, Francisco Cândido de Vasconcelos, João Modesto Pena, Francisco Antônio Rodrigues, Osório Cândido de Vasconcelos, Martinho Noronha de Araújo, Antônio José Moreira, Afonso Moreira, Boaventura Dias da Silva, Manoel Lourenço Martins, João Alberto Vieira, Joaquim Cândido Ribeiro do Vale e Misael Batista de Carvalho. A iniciativa não se concretizou.

Em 5 de setembro de 1903, como consta da ata da sessão da Câmara desse dia, o Intendente propôs a compra de uma casa para servir de albergue à pobreza desvalida e de abrigo para tratar de suas enfermidades, fornecer alimentação a todos os pobres indigentes e desvalidos com recursos da filantropia e caridade pública. A Câmara Municipal concedeu a verba de Cr\$ 1: 500\$00 para a compra da casa do Cel. Urias Carlos de Souza, na rua Tupiniquins (atual Duque de Caxias). Foi constituída comissão dos srs. Leocádio Leopoldino da Fonseca e Silva, juiz de Direito; Padre Manoel Teotônio de Macedo Sampaio, dr. Francisco Cândido da Silva Lobo, médico e presidente da Câmara, e sr. Osório de Almeida, farmacêutico, para providências, de tal sorte que a 12-1-1904 pudesse funcionar.

Essas são as raízes de Santa Casa de Caconde. Nenhum fruto foi colhido.

Em 1905 houve nova tentativa, ainda uma vez infrutífera. Em 1908 o dr. Cândido Lobo apresentou projeto (ata de 1-8-1908), sobre a fundação de uma Casa de Misericórdia. A propositura foi distribuída ao vereador Major Lino José dos Santos, que deu parecer favorável, com justos elogios à iniciativa do dr. Lobo. Mas, quanto ao mérito, alegou incompetência para opinar. Indo a plenário, foi aprovado, convertendo-se na lei n.º 37, de 13 de novembro desse ano, que autorizou o prefeito a organizar uma comissão para construir um hospital para tratamento de pessoas desvalidas. Com a lei foi baixado o respectivo regulamento. A comissão promoveria arrecadação da renda do leilão realizado em 1901, para fundação da Casa de Misericórdia. O regulamento tem 43 artigos. Ainda uma vez não se chegou ao almejado resultado.

Em 1918 o dr. Cândido Lobo voltou a tentar a criação do hospital. Em 1922 o jornal local “A Comarca” promoveu campanha com essa finalidade, apoiado pela “Cidade de Caconde”. Mas a realização desse sonho foi uma vez adiada.

No dia 29 de agosto de 1929 é finalmente fundado o Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Caconde, como faz certo a ata a seguir transcrita:

#### ATA DE REUNIÃO PARA CONSTITUIÇÃO DE UMA SOCIEDADE BENEFICÊNTE, CUJO FIM IRÁ ABAIXO ASSINADO.

Aos vinte cinco dias do mês de Agosto do ano de mil novecentos e vinte e nove, no salão do Teatro Variedades, nesta cidade de Caconde, Estado de São Paulo, sendo quinze horas, ali reunidos em assembléia geral os abaixo assinados, consoante entendimentos e convocação prévia, assumiu a Presidência dos trabalhos, em virtude de proclamação de todos os presentes, o Dr. Francisco Cândido da Silva Lobo, que tomando assento em mesa adrede preparada, convidou para seus secretários o Dr. Carmo Mazzilli e o Prof. Francisco Cocco, convidando também o Dr. Adelino Ângelo de Oliveira, que presente se achava, para expor os fins da reunião. Dada assim a palavra ao Dr. Adelino Ângelo de Oliveira, por este foi dito que, como estava na ciência de todos a reunião tinha por fim tratar da fundação de uma sociedade de beneficência com a meta especial de fundar e manter nesta cidade um Hospital destinado ao tratamento dos pobres deste município, sem distinção de crenças e nacionalidade. O trabalho preliminar em prol de tão altruística fundação, já se achava devidamente realizado, consistente esse trabalho, como é do conhecimento de todos, na colheita de donativos necessários à mesma fundação, colheita essa inteiramente correspondida pela generosidade do nosso povo, bastando acentuar-se que há compromissos de donativos em listas avulsas, para o referido fim, de valor superior a cento e cinquenta contos de réis, e que além desses valores se avanta também, o elevado gesto do Sr. Francisco Leonel de Paiva, dispondo-se a entrar para os fundos patrimoniais da instituição de caridade e para a manutenção desta, com a dádiva de cem contos de réis. Não era assim de se deixar perecer tão meritória obra, de modo que a reunião se cifrava em passar das palavras ou das idéias aos fatos, fundando-se de vez a instituição, pelo seu feito jurídico, tarefa essa que cumpria aos presentes, na mesma reunião. Foram lembrados ainda pelo expositor Dr. Adelino Ângelo de Oliveira os nomes do Cel. Joaquim José de Oliveira Martins, Cel. João Batista de Lima Figueiredo, Cel. José Martins de Oliveira, Sr. Juvenal Nigro, como maiores subscritores em as referidas listas, onde tantos outros nomes, com reais demonstrações de altruísmo existem e que desnecessário seria pôr em relevo, acrescentando ainda o gesto de esforço do mesmo Cel. Joaquim José de Oliveira Martins em prol de tão nobre Instituição, adquirindo já nesta cidade, um prédio suficiente onde se poderá desde logo instalar e fazer funcionar o Hospital, prédio esse que em ocasião oportuna será transferido ao patrimônio da instituição, assim que a sua fundação esteja legalizada. Urgia, pois, essa legalização cujas bases se fariam na citada reunião, razão porque, historiados assim os fatos, concluiu o Dr. Adelino Ângelo de Oliveira, ao presidente dos trabalhos competia orientar os trâmites jurídicos da mesma fundação. Seguindo-se então com a palavra o presidente da reunião, Dr. Francisco Cândido da Silva Lobo, por este foi dito que estando a assembléia orientada, consultava os presentes sobre o primeiro ponto a ser resolvido isto é se devia ou não fundar-se a sociedade em apreço, ficando resolvido pela unanimidade de votos dos presentes que se operasse a fundação, bem como que a sociedade jurídica a ser organizada, com o ser de cunho beneficente em homenagem à tradição em tais sociedades tivesse a designação de Irmandade, designando-se por Irmãos os sócios dela componentes. A seguir o Sr. Presidente referiu que estando assentada a fundação, dever-se-ia cogitar dos estatutos da mesma sociedade, notando que já conhecedor das aspirações de todos, havia confeccionado uma proposta de estatutos, que sendo admitida pela assembléia fosse posta em discussão, entrou logo após a respectiva leitura, em discussão, sendo tais estatutos aprovados por unanimidade dos presentes, e que para todos os efeitos legais, ficam fazendo parte integrante da presente ata como se aqui fossem transcritos verbo ad verbum. Fundada assim a sociedade, anunciou o Sr. Presidente que, do acordo com os artigos

respectivos dos estatutos aprovados, dever-se-ia eleger os membros da primeira Diretoria, que deverá reger os destinos da Instituição no primeiro período legal, isto é, até 31 de Dezembro de 1930. Pediu então a palavra o Dr. Domingos Placco, presente à reunião, e por ele foi dito que, estando anunciada a eleição dos primeiros diretores, propunha para o cargo de Provedor da Santa Casa, de que cogitam os estatutos, o nome do Cel. Joaquim José de Oliveira Martins; para mordomo, o Dr. Adelino Ângelo de Oliveira; para secretário, o Prof. Francisco Coccaro; para tesoureiro, o sr. Juvenal Nigro; para Procurador, o advogado Capitão João Hortêncio Vargas, propondo também que se desse ao Sr. Cel. Francisco Leonel de Paiva o título de Presidente de Honra da Instituição, propostas essas que foram recebidas e aceitas, por aclamação unânime de todos os presentes, assim, pois, ficando constituída a primeira Diretoria, composta mais dos nomes dos Srs. Domingos Placco, Dr. Bento de Lima Brito e do Sr. Luís Urias Ribeiro de Paiva, para membros da comissão de Contas e para suplentes destes os Srs. Sebastião Ferreira Barbosa, André Jorge e Afonso Moreira. Estando todos presentes os membros da referida Diretoria foi a mesma empossada nos respectivos cargos pelo Presidente da reunião por deliberação da assembléia, ficando dita Diretoria, com os compromissos legais assumidos, investida dos poderes bastantes que lhe são inerentes, inclusive de os de promover a legalização dos estatutos, dando à sociedade a competente existência Jurídica. Do que, para constar, se lavrou a presente ata, em livro próprio aberto, numerado e rubricado pelo presidente da reunião, Dr. Francisco Cândido Lobo da Silva, e que irá por todos assinada. Eu Francisco Coccaro, secretário a subscrevi e assino. Francisco Coccaro.

A primeira diretoria da instituição, eleita a 25 de março de 1931, ficou assim constituída: Provedor – Dr. Francisco Cândido da Silva Lobo; mordomo – dr. Carmo Mazzilli<sup>1</sup>; secretário – Pedro Argemiro Vargas; tesoureiro – Urias Ribeiro de Paiva; procurador – João Carlos de Souza. Comissão de Contas – Arthur Mathes, Salvador Bruno e Levindo José Alves. Suplentes da Comissão de Contas – Pedro de Souza Carneiro, Pedro Biondi e Manoel Tomás de Oliveira<sup>2</sup>.

Em 1938 foi eleita nova diretoria, presidida pelo dr. Anísio Bretã Soares. Com apoio da população local, do governo do Estado e da Prefeitura, o hospital começou a funcionar. Prestou relevantes serviços à Irmandade o dr. Ubiratã Pamplona, diretor do Serviço Hospitalar do Estado de São Paulo. Dos que mais contribuíram monetariamente para a realização da velha aspiração do povo de Caconde destacam-se os nomes dos srs. Cel. Francisco Leonel de Paiva, cel. Joaquim José de Oliveira Martins, e Cel. João Batista de Lima Figueiredo.

No plano político deram sua contribuição o deputado José Palma, de Cajuru e o deputado Germinal Feijó, de São Paulo.

O nome de “Álvaro Guião” foi dado ao hospital em homenagem ao secretário da Saúde do Estado na época, o qual emprestou todo apoio à realização.

A maternidade foi construída em 1956.

Até quando entrou em funcionamento o hospital, a Prefeitura de Caconde mantinha convênio com a Santa Casa de São José do Rio Pardo, para a qual encaminhava os doentes pobres. Era dada subvenção. Em 22 de abril de 1909 foi baixada a portaria de n.º 24, ordenando ao tesoureiro pagasse ao tesoureiro da Comissão Diretora das Obras da Casa de Misericórdia de São José do Rio Pardo ou a pessoa diretamente autorizada, a quantia de quinhentos mil réis, como contribuição às referidas obras. Nesse ano, pois, já estava sendo construída a Santa Casa da vizinha cidade.

## **ASILO “CEL. GUSTAVO RIBEIRO”**

---

<sup>1</sup> - Dr. Carmo Mazzilli – Nasceu em Caconde a 21 de Janeiro de 1900, filho de Antônio Mazzilli e de d. Prima Liuzzi Mazzilli. Formou-se em 1924 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Clinicou em Caconde durante nove anos. Em 1932 instalou a Cruz Vermelha local. No ano seguinte transferiu-se para São Paulo, onde faleceu a 3 de novembro de 1952. Incentivou o funcionamento da Santa Casa e a criação do posto de puericultura. A lei n.º 174, de 9 de dezembro de 1953, deu-se o nome à antiga rua dos Caiapós.

<sup>2</sup> - Os dados supra nos foram fornecidos pelo sr. Osmar de Oliveira .....exercia o cargo de provedor da Irmandade de Misericórdia de Caconde. Nesse ..... **dispunha de 106 leitos.**

As raízes desse asilo são as mesmas da Santa Casa de Misericórdia. A idéia era a proteção aos desvalidos. Para consolidá-la foi promulgada a seguinte lei:

“N.º 23, de 1.º de janeiro de 1901.

“O cap. Gustavo Ribeiro de Ávila Júnior, Intendente Municipal, etc.

Faço saber que a Câmara Municipal de Caconde decretou e eu promulgo a seguinte lei nº 23:

Art. 1.º Fica o Intendente Municipal autorizado a excluir do lançamento do imposto predial os contribuintes reconhecidamente pobres e que evidentemente não possam pagar os impostos, quer atual, quer retardados, que ficam desde hoje perdoados e remidos.

Art. 2.º Fica o Intendente Municipal autorizado a fazer o orçamento e levantar a respectiva planta de uma casa que sob o nome de “Casa da Providência” sirva por enquanto de asilo aos pobres desvalidos até que mais tarde possa ser construída, digo, convertida em Casa de Misericórdia desta cidade.

Parágrafo único. A Câmara Municipal aceitando com prazer a idéia da fundação de mesma casa se propõe a auxiliar a sua função cedendo do seu orçamento a verba que puder”.

Em 1945 os sr. Heitor Ribeiro, filho do Intendente, providenciou, com auxílio de sua esposa, d. Augusta de Almeida Ribeiro, a construção do Asilo, que foi inaugurado em 7 de setembro do mesmo ano. Compõe-se a instituição dos pavilhões denominados “Osório de Almeida”, “Mariana Augusta Nogueira” e “Savério Tortoreli”.

## **LAR DO MENINO JESUS**

Come reza a ata da respectiva, o Lar do Menino Jesus foi fundado no dia 16 de janeiro de 1959, em reunião realizada às 14 horas, no prédio da Ação Católica “Venerável Gaspar Bertoni”, na rua Daltro Filho s/n, por iniciativa do médico local, dr. Hugo Orrico, que distribuiu um convite à população para participar da reunião referida. Consultados os presentes, foram os mesmos unânimes em aprovar a iniciativa. A mesa foi presidida pelo promotor público, Antônio Pimentel Tavares, sendo secretário “ad-hoc” o sr. Francisco Sinisgali Nigro. Como curador de menores, o dr. Antônio Pimentel Tavares fez minucioso relatório e felicitou o sr. Hugo Orrico pela iniciativa. Consultada, a casa apoiou para a nova entidade o nome de “Lar do Menino Jesus”, sugerido pelo dr. Hugo Orrico. Na mesma sessão foram aprovados os estatutos do “Lar”. Participaram da reunião os srs. dr. Hugo Orrico – Antônio Alves Neto – Prof. Antônio Rimbaud – José Carneiro Filho – Francisco Biondi – José Orrico – Sebastião Ferreira Barbosa – João José Nigro – Antônio Maringoli – Dr. José de Paiva Dutra – Juvenal Nigro Neto – dr. Antônio Pimentel Tavares – José Maringoli Neto – Benedito de Oliveira Santos – Vicente Orrico - dr. Nilson Cassiano Dias – Cassiano José Dias – Vicente Tortorelli – Waldomiro Liuzzi – João Mendes Lima – Orlando Orrico – dr. Hugo Mazzilli – Oscar Batista do Prado – Waldemar Carlos de Souza – Alcindo Moreira – Cláudio Coutinho Costa – Darci Fanuele Ribeiro – Rosa Cipoline Orrico – Jorge Otto Mathes e Antônio Semensato.

A primeira diretoria eleita tomou posse às 20 horas do dia 4 de fevereiro de 1959, em reunião realizada na rua 9 de julho 83, residência do dr. Hugo Orrico, ficando a mesma assim constituída: presidente, dr. Hugo Orrico; vice-presidente, Antônio Alves Neto; 1.º secretário, Juvenal Aparecido Neto; 2.º secretário, Prof. Antônio Rimbaud; 1.º tesoureiro, José Carneiro Filho; 2.º tesoureiro, Francisco Biondi. Integravam o conselho fiscal os srs. José Orrico, Sebastião Ferreira Barbosa e João José Nigro, sendo suplentes os srs. Antônio Maringoli, dr. José de Paiva Dutra e padre Pedro Jarussi.

Após a posse o prof. Antônio Rimbaud sugeriu fossem organizados grupos dramáticos com elementos locais, dispostos e com boa vontade, para representação de peças teatrais, visando à

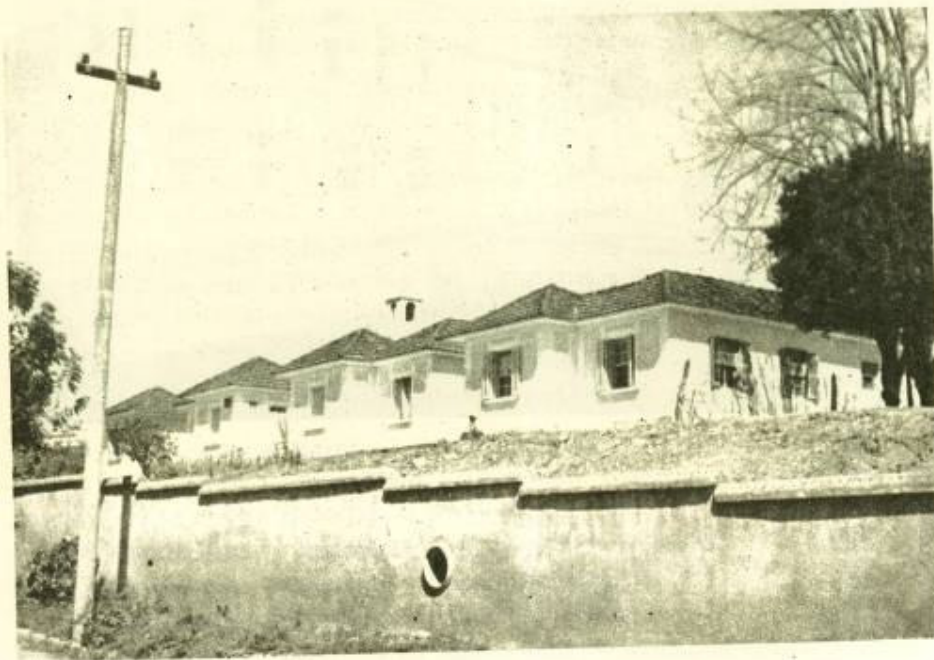
arrecadação de fundos para a instituição. A sugestão foi unanimemente aprovada, ficando o presidente autorizado a entrar em entendimento com pessoas interessada no assunto.

### **SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO**

Esta sociedade foi fundada em 1.º de abril de 1934, no interior da Igreja Matriz. Presidiu aos trabalhos o padre Gregório Argoitia, pregador. Era vigário de Caconde o padre Sebastião Lessa. A primeira diretoria da entidade ficou assim constituída: presidente, Alcides Mazzilli; vice-presidente, João José Nigro; 1.º secretário, Antônio Antonini; 2.º secretário, Vicente Fanuele; tesoureiro, Francisco Nigro; ecônomo, José Costa Filho. A sociedade é universal, socorrendo os desvalidos da sorte, mitigando-lhes a fome, encaminhando-os para os respectivos registros civis, à assistência espiritual e material, como escolas aos filhos de pessoas reconhecidamente pobres e internamento destas em hospital.



Lar Menino Jesus — Fotografia tirada em 1977



Asilo Cel. Gustavo Ribeiro — Fotografia de 1976



Santa Casa. Fotografia tirada em 1977.